

GDF exige mais rigor

Com a edição do pacote econômico os gastos

para os orçamentos

das secretarias não terão mais suplementação

As previsões de recursos para aplicação em programas do GDF deverão, a partir de hoje, ser feitas dentro de critérios rigorosos de controle de custos. De agora em diante não haverá mais suplementação para cobrir a defasagem entre a estimativa orçamentária e os gastos. Esta foi uma das medidas anunciadas ontem pelo chefe de Gabinete Civil, Guy de Almeida, aos secretários e dirigentes da administração direta e indireta. A decisão foi tomada em reunião no auditório do Burity quando os secretários conheceram os ajustes realizados no orçamento do GDF como a conversão de cruzeiro em cruzado.

Guy de Almeida explicou que com as medidas econômicas implantadas pelo Governo federal, destinadas a zerar a inflação, a suplementação será desnecessária. Isso porque até agora ela vinha sendo utilizada em função das dificuldades de se elaborar estimativa rigorosa dos gastos futuros, fazendo com que os programas ultrapassassem a previsão de custos. O próprio orçamento do GDF foi elaborado tendo como base uma inflação de 160 por cento para 1986. E só nos meses de janeiro e fevereiro ela chegou a 16,2 e 14,4 por cento, respectivamente.

O GDF foi a primeira administração a atualizar o orçamento em cruzado. Com isso os técnicos do GDF já foram convidados pela Seplan e Ministério da Fazenda, a esclarecer os critérios adotados nos ajustes aos prefeitos do interior. O governador José Aparecido, que participou do final da reunião, afirmou que o Governo do Distrito Federal saiu na "vanguarda" para dar exemplo de confiança na implantação das medidas econômicas. "O momento é de profunda revolução didática".

Com a conversão, o orçamento do GDF que anteriormente era de aproximadamente Cr\$ 7 trilhões (Cz\$ 7 bilhões) estimado em custos atuais, deverá ficar em torno de Cz\$ 5 bilhões. Segundo o coordenador do Sistema Orçamentário do GDF, Arlécio Gazal, só com a implantação definitiva dos ajustes as secretarias e os órgãos da administração direta e indireta conhecerão as disponibilidades orçamentárias em cruzados. Somente depois poderão realizar as alterações necessárias em seus programas.

Os técnicos orçamentários utilizaram para a conversão um fator de deflação, calculado em 0,004506. Este índice desconta a previsão de inflação de 160 por cento e as de janeiro e fevereiro. No novo orçamento os centavos foram eliminados.

ATRASO

O secretário de Governo, José Carlos Melo, afirmou que com o extinção da suplementação, os administradores públicos terão que provar sua eficiência e não poderão mais justificar os estouros orçamentários em função da inflação. Agora serão obrigados a "adotarem mais zelo em seus gastos". Por outro lado, Guy de Almeida informou que o Plano Trienal deverá sofrer "pequeno atraso" para se adaptar à reforma monetária.

Desde a última segunda-feira as execuções orçamentárias estão suspensas por ordem do governador. Elas voltam a vigorar com a conversão do orçamento. Os processos de licitação foram anulados e a partir de agora não existirá mais o componente inflacionário de 15 por cento. Os convênios, contratos e subvenções também serão ajustados com o fator de deflação de 0,004506.

Devido às dúvidas em relação a todas estas alterações, o secretário de Finanças, Marco Aurélio, foi orientado a elaborar um manual com esclarecimentos a todos administradores públicos. Hoje, às 8h30, os técnicos do GDF voltam a se reunir com os diretores administrativos das secretarias no auditório da Secretaria de Finanças. Na pauta, o saneamento de algumas dúvidas que possam existir ainda.